



CIDAD - Ministério da Saúde

Junte-se ao processado do

PDS  
nº 42, de 2015

Em 07/02/17

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

OFÍCIO Nº 1249/SE/CNS/GM/MS

Brasília-DF, 13 de dezembro de 2016.

Senado Federal  
A Comissão de Constituição,  
Justiça e Cidadania.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional.

Paulo Pair  
07/02/17

Encaminhamos a Moção de Repúdio nº 008, aprovada pelo Pleno do Conselho Nacional de Saúde, na 288ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 08 e 09 de dezembro de 2016.

Esta Moção manifesta repúdio contra as medidas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que venham a promover a perda de conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras, em afronta aos direitos básicos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988.

Atenciosamente,

NEIDE RODRIGUES DOS SANTOS  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Renan Calheiros**  
Presidente do Congresso Nacional  
Praça dos Três Poderes  
70160-900 - Brasília, DF -

Recebido em 07/02/2017  
Hora: 15:00  
Roberta Romani - Matr. 268395  
CCJ-SF

## CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

### MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 008, 09 DE DEZEMBRO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Octogésima Oitava Reunião Ordinária, realizada nos dias 08 e 09 de dezembro de 2016, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata; e

Considerando que os participantes do VII Encontro Nacional das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, realizado nos dias 16 e 18 de novembro de 2016 na cidade de São Luís, Maranhão, em função da conjuntura que o país atravessa, se manifestaram contra toda e qualquer retirada de direitos da classe trabalhadora;

Considerando que a PEC 241, votada e aprovada na Câmara dos Deputados, atual PEC 55, que tramita no Senado Federal, congela por 20 anos os investimentos nas políticas públicas como saúde, educação, previdência e outras áreas de promoção de direitos;

Considerando que a Reforma da Previdência penaliza os trabalhadores e as trabalhadoras do campo e da cidade, ao aumentar os requisitos para aposentadoria e pensões, e redução dos benefícios;

Considerando que a proposta de Reforma Trabalhista visa flexibilizar direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras o que fere o princípio da proibição de retrocessos sociais;

Considerando que a terceirização precariza as relações e as condições de trabalho, com impactos sobre a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras;

Considerando que está havendo retrocessos nas Normas Regulamentadoras – NRs, a exemplo na sustação da NR 12 – Máquinas e Equipamentos, proposta pelo Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) através do PDL nº 43/2015, o qual recebeu parecer favorável do Senador Armando Monteiro (PTB-PE);

Considerando que as alterações nas regras dos benefícios previdenciários com revisão e cortes de benefícios, já pagos, por doença e acidentes de trabalho são prejudiciais à saúde do trabalhador e da trabalhadora;

Considerando que há retrocessos nas medidas aprovados pela bancada patronal e governo no Conselho Nacional de Previdência Social, que alteram as regras do Fator Acidentário de Prevenção em detrimento das políticas de prevenção de doenças e acidentes de trabalho;

Considerando o uso indiscriminado de agrotóxicos e pulverização aérea de veneno; e

Considerando a perseguição e criminalização da luta dos movimentos sociais e sindicais.

#### **Vem a público:**

Repudiar as investidas do Governo Michel Temer, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal que têm, sistematicamente, atacado os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras numa afronta aos direitos básicos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988.

Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Octogésima Oitava Reunião Ordinária, realizada nos dias 08 e 09 de dezembro de 2016.

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Brasília, 1º de fevereiro de 2017.

Senhora Neide Rodrigues dos Santos, Secretária  
Executiva do Conselho Nacional de Saúde – CNS/MS,

Em atenção ao OFÍCIO Nº 1249/SE/CNS/GM/MS, de  
Vossa Senhoria, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência  
do Senado, informo que a referida manifestação foi encaminhada à  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para  
ser juntada ao processado do PDS nº 43, de 2015, que “*Susta a  
aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho  
e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e  
Equipamentos.*” que se encontra atualmente naquele órgão.

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

---